

TCE impede compra 'suspeita' de remédios pela prefeitura de Bataguassu

Corte viu suposta irregularidades na pesquisa de preço e falta de delimitação do objeto da aquisição

30/09/2026 às 17:34 | Thiago de Souza

f

X



Prefeita e secretária de Saúde recorreram / Reprodução PMB - arquivo

SAIBA MAIS



Após mortes em estradas, Gianni Nogueira defende atendimento de saúde mais regionalizado (vídeo)



Coronel David destaca emendas para saúde e cobra mais investimentos na segurança em MS

Prefeitura de Bataguassu foi impedida de finalizar a compra de medicamentos por meio do Fundo Municipal de Saúde. A decisão é do Tribunal de Contas de MS justificada por suspeitas de irregularidades.

A Corte de Contas barrou a aquisição dos insumos dentro do pregão eletrônico 10/2026; o primeiro motivo é:

- 1 - o edital não delimitou o objeto da compra; era necessário mostrar porquê, quantos e quais medicamentos iriams ser comprados;
- 2 -houve questionamento da metodologia de pesquisa de preços;
- 3 - Houve análise de apenas uma tabela para preços de referência. A utilizada pelo poder público é oficial e serve de referência, porém, não pode ser a única fonte de pesquisa de itens;

- Mais Lidas
- 1

MP apura supersalário de procurador-geral e dribla à Justiça em Ivinhema
- 2

Guarda é alvo de deboche durante perícia na prefeitura de Campo Grande: 'tudo fingimento' (vídeo)
- 3

Mulher tem casa invadida e luta contra esturpador em Campo Grande
- 4

MS pode ter tornados com ventos acima de 100 Km/h e granizo entre quinta e sexta-feira
- 5

Veículo com débitos em MS? Saiba como consultar pendências e emitir guia de pagamento

O Tribunal observou que era necessário apurar detalhes da compra para evitar prejuízo aos cofres públicos. A prefeitura, por meio da prefeita Wanderleia Caravina (PSDB) e da secretária de Saúde, Aline da Silva Cauneto recorreram de decisão.

No entanto, ainda conforme o acórdão do TCE-MS, o tribunal rejeitou o recurso, destacando que as justificativas já tinham sido apresentadas e eram insuficientes; igualmente rechaçou o argumento das gestoras, de que a suspensão da aquisição traria prejuízo ao fornecimento dos insumos à população.

Outro trecho do acórdão mostra que o Ministério Público de Contas opinou por não reconhecer o recurso de prefeita e secretária.

A decisão é de 17 de setembro, assinada pelo relator do processo, conselheiro Márcio Monteiro.

Siga o TopMídiaNews no [WhatsApp](#) , [Instagram](#) e [Facebook](#) e fique por dentro do que acontece em Mato Grosso do Sul.

Veja também



Política há 7 horas

Advogado expõe que esposa de Carlos Alberto de Nóbrega atuou como 'pirata' na Santa Casa



Política há 8 horas

Vereadores foram pagos por serviço de empresa 'morta' em Corumbá; MPE exige devolução



Política há 9 horas

Câmara infla salário de vereadores e tem contas reprovadas em Guia Lopes da Laguna

VER MAIS NOTÍCIAS



AQUI A NOTÍCIA É TOP

redacao.topmidianews@gmail.com

(67) 3384-7965

(67) 99826-0686

EDITORIAS

- AO VIVO
- Algo mais
- Campo Grande
- Cidades
- Cultura

- Economia
- Geral
- In Memoriam
- Interior
- Oportunidades

- Polícia
- Política
- Saúde
- Top Esporte
- Na Lata

INSTITUCIONAL

- Vídeos
- Expediente
- Anuncie Conosco
- Fale Conosco
- Termos de Uso

MÍDIAS SOCIAIS

